

Planalto descarta nova revisão das dívidas estaduais

Ricardo Allan

De Brasília

O governo descreve qualquer hipótese de alteração dos termos do contrato de renegociação da dívida do Estado de Minas Gerais.

"Nenhuma dívida estadual assumida pela União é passível de novo refinanciamento. As condições estão dadas e são aquelas constantes nos contratos", resume o secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Renato Villela. O secretário repete o argumento básico utilizado como escudo contra pressões políticas dos governadores e parlamentares: a Lei de Responsabilidade Fiscal impede novos financiamentos entre os entes da federação.

Envolvido nas negociações políticas em torno da sucessão mineira, o presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), afirmou publicamente que estava convencendo o governo federal a mudar os termos do acordo da dívida. O objetivo seria gerar uma folga de caixa para que o Estado pudesse elevar o nível de investimentos. Aécio afirmou que havia entrado numa espécie de acordo com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre o assunto. O ministério só confirma "que houve uma audiência entre o ministro e o deputado".

Segundo Villela, o governo mineiro encaminhou dois pedidos para a análise do Tesouro. O primeiro diz respeito à retomada de créditos da antiga Minas Caixa que estão com a Empresa Gestora de Ativos (Emgea). São títulos provenientes do financiamento da casa própria com cobertura pelo Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). Na reestruturação da Caixa Econômica Federal, os créditos foram parar nas mãos da Emgea, empresa federal não-financeira responsável pela cobrança das dívidas.

"O assunto está em estudo pela Emgea. A empresa é soberana para decidir de acordo com a sua conveniência se faz ou não o negócio proposto. O Tesouro não tem ingerência na decisão", assegura Villela, acrescentando que a possibilidade é "técnica e juridicamente possível". O pedido não se relaciona diretamente com a dívida do Estado, mas poderia trazer mais recursos para seu caixa. A Emgea está calculando o valor da carteira.

O outro pedido feito pelo governo mineiro pode reduzir o estoque da dívida. Minas quer que o Tesouro considere, no cálculo das parcelas mensais do pagamento da dívida, os meses em que o IGP-

DI for negativo. O índice é usado para corrigir o valor das parcelas, incide o índice, acrescido de juros de 6%. Acontece que, nas oito vezes em que a inflação medida pelo índice foi negativa desde a assinatura do acordo em 1998, o governo a desconsiderou. O Estado argumenta que o número negativo deveria ser abatido dos 6%, reduzindo os juros.

O governo já decidiu que vai rever essa cláusula dos contratos de refinanciamento das dívidas de todos os Estados. Mas a situação não foi totalmente satisfatória. Os governos estaduais queriam que a diferença fosse abatida nas parcelas mensais. O Tesouro decidiu que o desconto será feito no estoque. Ou seja, as parcelas continuam sendo calculadas com o comprometimento de 13% das receitas líquidas, mas o estoque será liquidado num período menor do que o previsto anteriormente.

No caso de Minas, a revisão vai gerar uma economia de cerca de R\$ 300 milhões no estoque da dívida com a União, que é de R\$ 27,3 bilhões em valores de abril. "Um alívio imediato nas contas do Estado só pode ser feito a partir de um melhor equacionamento de receitas e despesas ou a venda de ativos", diz o secretário.

Os pagamentos mensais de Minas ao Tesouro variam entre R\$ 70 milhões e R\$ 90 milhões, de acordo com as oscilações na receita líquida. Essas oscilações foram mais fortes em maio. Por causa de problemas de caixa, o Estado deixou de pagar a parcela que vencia. O Tesouro reteve os repasses que deveriam ser feitos a Minas Gerais do Fundo de Participação dos Estados (FPE) dos dias 10 e 20.

Segundo o secretário do Tesouro, Eduardo Guardia, os recursos foram liberados no dia 30, quando o governo mineiro pagou o que estava devendo. "Foi apenas um problema de fluxo de caixa. Isso é uma coisa normal no relacionamento entre duas partes num contrato. Já fizemos essa retenção de outros Estados", diz Guardia, reforçando que não há negociação para mudanças no contrato.

O Tesouro está negociando a compra de créditos que a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) tem contra o Estado. A compra poderá ser feita no contexto da autorização dada pelo governo federal a operações para aumentar a liquidez das empresas de energia por meio de empréstimos do BNDES ou transações com o Tesouro. "Estamos estudando. Mas isso não afeta em nada as contas do Estado", explica.

Colaborou Ribamar Oliveira, de Brasília